



Anais da Assembléia

Nº 67

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 06 DE JUNHO DE 1990

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 45.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 1990
QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Pirajá Ferreira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Hermas Brandão, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Rafael Greca, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos e Valderi Mendes Vilela (40). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Cândido Bastos, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Lauro Lobo Alcantara, Luiz Antonio Setti, Pedro Tonelli, Raul Lopes e Vera Agibert (14).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o nº DTL/SAT/127/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei número: 210/90 de autoria do Deputado João Arruda, que cria o Município de Nova Esperança do Sudoeste, desmembrado dos Municípios de Enéas Marques e de Salto do Lontra e limites que

especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.281. Anote-se - Arquive-se.

Mensagens:

MENSAGEM Nº 112/90

Curitiba, 31 de maio de 1990

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembléia Legislativa ao Convênio, cuja cópia segue em anexo, já celebrado por motivo de urgência, em 12 de abril de 1990, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Sociedade Paranaense de Cultura - SPC, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC, objetivando a publicação dos Anais do I Encontro Sul-Americano de Fonoaudiologia.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência aos meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

À Diretoria Legislativa

MENSAGEM Nº 113/90

Curitiba, 31 de maio de 1990

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins de referendo dessa Augusta Casa de Leis, a inclusa cópia do Convênio celebrado em 30 de janeiro de 1989, anteriormente, portanto, à data da atual Constituição Estadual, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a Universidade Federal do Paraná e a Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura, objetivando a realização do Curso de Especialização em Ciências Penais, a nível de Pós-Graduação.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

À Diretoria Legislativa.

Ato:

Assinado e rubricado em 31 de maio de 1990.

ATO DO PRESIDENTE N° 03/90

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Título I, Capítulo IV, Secção I, Artigo 24, CC. o inciso XIII, do Artigo 25 do Regimento Interno,

DECLARA:

Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por sete (7) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, com fundamento no disposto pelo § 3°, do artigo 62, da Constituição do Estado do Paraná, na sessão ordinária do dia 04, de junho corrente, que objetiva averiguar as causas e responsabilidades pelos graves problemas da Educação Pública no Estado do Paraná, devendo a mesma ser formada por dois (2) Deputados do PMDB, e por um (1) Deputado do PSDB, PFL, PDT, PRN e PTB, respectivamente.

Sala das Sessões, em 06.06.90

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência com o propósito de comunicar que serei o representante do Partido da Frente Liberal na Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o problema da educação no Estado do Paraná.

Outrossim, informo que o ilustre Deputado Basílio Zanusso será o suplente do PFL na referida CPI.

Aproveito a oportunidade para renovar meus votos de estima e consideração.

Cordialmente,

Sala das Sessões, em 06.06.90

(a) JOAO ARRUDA

Líder do PFL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Indicamos para comporem a CPI sobre Educação os Deputados: Titular Valderi Mendes Vilela; Suplente, Algaci Túlio.

Sala das Sessões, em 06.06.90

(a) VALDERI MENDES VILELA

Líder do PDT

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Líder da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro PMDB, nesta Assembléia, vem à presença de Vossa Excelência, proceder à indicação dos Membros dos Partidos às Comissões Técnicas Permanentes, na forma que se segue:

1 - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titulares: Gernote Kirinus; Homero Oguido,

Djalma de Almeida César; Orlando Pessuti, Artagão Mattos Leão.

Suplentes: Sabino Campos; Cândido Bastos; Lauro Lobo Alcantara; Mário Pereira, Dirceu Manfrinato.

2 - COMISSÃO DE AGRICULTURA

Titulares: Dirceu Manfrinato; Sabino Campos.

Suplentes: Orlando Pessuti; Cândido Bastos.

3 - COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTES

Titulares: Neivo Beraldin; Renato Adur.

Suplentes: Nilton Barbosa; Djalma de Almeida César.

4 - COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR

Titulares: Irondi Pugliesi; Gernote Kirinus.

Suplentes: Homero Oguido; Pirajá Ferreira.

5 - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Titulares: Neivo Beraldin; Irondi Pugliesi.

Suplentes: Nilton Barbosa; Dirceu Manfrinato.

6 - COMISSÃO DE DIREITOS DA MULHER

Titulares: Irondi Pugliesi; Vera Agibert.

Suplentes: Lauro Lobo Alcantara; Gernote Kirinus.

7 - COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Titulares: Orlando Pessuti; Neivo Beraldin.

Suplentes: Sabino Campos; Irondi Pugliesi.

8 - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Titulares: Djalma de Almeida César; Renato Adur.

Suplentes: Cândido Bastos; Vera Agibert.

9 - COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO

Titular: Artagão Mattos Leão.

Suplente: Djalma de Almeida César

10 - COMISSÃO DE FINANÇAS

Titulares: Cândido Bastos; Sabino Campos.

Suplentes: Djalma de Almeida César; Homero Oguido.

11 - COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Titulares: Lauro Lobo Alcantara; Renato Adur.

Suplentes: Artagão Mattos Leão, Nilton Barbosa.

12 - COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.

Titulares: Mário Pereira; Artagão Mattos Leão.

Suplentes: Lauro Lobo Alcantara; Dirceu Manfrinato.

13 - COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Titulares: Mário Pereira; Homero Oguido.

Suplentes: Gernote Kirinus; Dirceu Manfrinato.

14 - COMISSÃO DE REDAÇÃO

Titulares: Vera Agibert; Mário Pereira.

Suplentes: Lauro Lobo Alcantara; Pirajá Ferreira.

15 - COMISSÃO DE REIVINDICAÇÕES POPULARES.

Titulares: Pirajá Ferreira; Neivo Beraldin.

Suplentes: Irondi Pugliesi; Lauro Lobo Alcantara.

16 - COMISSÃO DE SAÚDE

Titulares: Lauro Lobo Alcantara; Orlando Pessuti.

Suplente: Pirajá Ferreira; Gernote Kirinus.

17 - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Titulares: Dirceu Manfrinato; Homero Oguido.

Suplentes: Djalma de Almeida César; Neivo Beraldin

18 - COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Titulares: Djalma de Almeida César; Mário Pereira

Suplentes: Pirajá Ferreira; Orlando Pessuti.

19 - COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Titulares: José Afonso Júnior; Vera Agibert.

Suplentes: Nilton Barbosa; Sabino Campos.

20 - COMISSÃO DE TURISMO

Titulares: Renato Adur; Neivo Beraldin.

Suplentes: Orlando Pessuti; Artagão Mattos Leão.

21 - COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Titulares: Cândido Bastos; Djalma de Almeida César.

Suplentes: Mário Pereira, Artagão Mattos Leão.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1501

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 326/90, de autoria deste Parlamentar, que cria o Município de São José do Ivaí, desmembrado do Município de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO N° 1494

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 110/90, de autoria do Tribunal de Justiça, através do Ofício n. 34/90, que cria cargos no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO N° 1486

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na Ordem do Dia da próxima sessão, o Projeto de Lei n. 359/89, que autoriza a estadualização da estrada que liga Antonio Olinto a Rio Negro passando parte da rodovia pelo Município da Lapa, solicitando para o mesmo, parecer da Comissão Geral da Assembléia, em Regime de Urgência.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 1506

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja reincluído na Ordem do Dia, da Sessão Ordinária de 07 de junho do corrente, o Projeto de Lei n. 303/90, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Paraná do Oeste, com território desmembrado do Município de Moreira Sales e divisas que especifica.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 1504

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 332/89.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO N° 1497

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 03 (três) sessões, do Projeto de Lei n° 314/90, constante da ordem do Dia de hoje, em 1.ª Discussão.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 1527

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a Constituição da Assembleia em Comissão Geral de Plenário, no próximo dia 06 de junho de 1990, durante a Sessão Plenária, para apreciação de plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Lidianópolis.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1528

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a Constituição da Assembleia em Comissão Geral de Plenário, no próximo dia 06 de junho de 1990, durante a Sessão Plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Resolução n. 52/90, que autoriza a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Imbaú.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1533

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a Constituição da Assembleia em Comissão Geral de Plenário, no próximo dia 06 de junho de 1990, durante a Sessão Plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Resolução n. 53/90, que autoriza a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Mauá da Serra.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1534

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Duto Plenário, a Constituição da Assembleia em Comissão Geral de Plenário, no próximo dia 06 de junho de 1990, durante a Sessão Plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Resolução n. 54/90, que autoriza a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Pirapó.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1529

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto no art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Duto Plenário, a Constituição da Assembleia em Comissão de Plenário, na próxima plenária, para apreciação e parecer às Proposições de n°s 16/90 e 25/90, oriundas de mensagens governamentais, que ratificam convênios celebrados entre o Estado do Paraná com órgãos da Administração Pública.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO N° 1530

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto no art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Duto Plenário, a Constituição da Assembleia em Comissão Geral de Plenário, na próxima sessão plenária, para apreciação e parecer às Proposições de n°s 012/90, 013/90, 015/90, 017/90, 018/90, 022/90, 024/90, 026/90, 030/90, 032/90, 039/90, 042/90, 051/90, 055/90, 057/90, 062/90, 067/90, 068/90, 069/90, e 070/90, todas oriundas de Mensagens governamentais, que ratificam convênios celebrados entre o Estado do Paraná com Municípios e outros órgãos da administração pública.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO N° 1498

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição de Comissão Geral de Plenário para proferir parecer ao Projeto de lei n° 302/89, de minha autoria, que faculta a matrícula escolar antecipada em classe de 1.ª série regular de 1º grau e dá outras providências, na próxima plenária.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) RENATO ADUR.

REQUERIMENTO N° 1492

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para o próximo dia 07 de junho corrente, durante a Sessão Plenária, para a apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 110/90, de autoria do Tribunal de Justiça através do ofício n° 34/90, que cria cargos no Quadro de Pessoal do Tribunal de Alçada.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO N° 1493

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto no artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o plenário, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para o próximo dia 06 de junho, durante a Sessão Plenária para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 329/90, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a contrair operações de crédito junto ao Banco do Brasil, destinados a atender ao refinanciamento e as operações de crédito internas, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) LEÔNIDAS CHAVES.

REQUERIMENTO N° 1500

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, sejam enviados votos de pesar pelo falecimento do ilustríssimo senhor Dario Borges de Lis, o qual foi vereador, vice-prefeito e, prefeito interinamente do Município de Guarapuava.

Os votos de pesar deverão ser endereçados ao senhor Emiliano de Jesus Medeiros, para que os transmita a Natalício de Oliveira, Wilson Borges de Lis, Nelson Borges de Lis, Celso Borges de Lis e à viúva Erondina Borges de Lis.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) LEÔNIDAS CHAVES.

REQUERIMENTO N° 1512

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignada na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Firmino da Conceição Sieber, ocorrido

no dia 20 de maio de 1990 em Pato Branco - Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada na cidade de Dois Vizinhos - Paraná, a rua: Giosepe Baribaldi, n° 96, cidade nor- te.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

O falecimento ocorrido no último dia 20 de maio de 1990, em Pato Branco - Paraná, do agricultor Firmino da Conceição Sieber, vem deixar uma lacuna notável na comunidade de Dois Vizinhos.

Paranaense de Francisco Beltrão, nascido em 03 de maio de 1929, filho de agricultores do Sudoeste, deslocou-se de Francisco Beltrão para o município de Dois Vizinhos, onde também teve a agricultura como profissão e principal atividade. Por mais de 30 anos marcou sua presença na agricultura duovizinhense.

A Assembléia Legislativa, do Estado do Paraná, juntamente com o povo duovizinhense, prestam através deste requerimento a sentida homenagem ao amigo agricultor Firmino da Conceição Sieber.

Com o seu desaparecimento aos 61 anos, sua coragem e sua luta pela agricultura, ficarão marcados na história do sudoeste paranaense.

REQUERIMENTO N° 1519

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignada na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Dr. Caetano Liberal Turchiello, ocorrido no dia 17 de maio de 1990 em Palmeiras - Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada na cidade de Quedas do Iguaçu - Paraná, a rua Juazeiro, n° 1285, centro.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

O falecimento ocorrido no último dia 17 de maio de 1990, em Palmeiras - Paraná, do Dr. Caetano Liberal Turchiello, gaúcho de São Luiz Gonzaga, nascido em 06 de março de 1947, vem deixar uma lacuna irreparável na comunidade de Quedas do Iguaçu.

Em 1977, formou-se em Medicina pela Universidade Federal de Santa Maria no Rio Grande do Sul. Em 1980, juntamente com sua esposa Dona Marlene e seus três filhos: Marcelo, Maurício e Marcos, deslocaram-se do Estado do Rio Grande do Sul para o Sudoeste paranaense no município de Quedas do Iguaçu.

No Hospital Bom Jesus de Quedas do

Iguaçu, o médico Dr. Caetano Liberal Turchiello, por mais de 9 anos prestou seus relevantes serviços junto a todas as camadas sociais da população de Quedas do Iguaçu.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, juntamente com o povo de Quedas do Iguaçu prestam através deste requerimento a sentida homenagem ao amigo Dr. Caetano Liberal Turchiello.

REQUERIMENTO N° 1487

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. ZENAIDE PRELWITZ RIESEMBERG, ocorrido dia 22.05.90, em União da Vitória.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 31 anos faleceu em trágico acidente automobilístico, na cidade de União da Vitória, a Sra. Zenaide Prelwitz Rieseberg.

A extinta era membro de tradicional família de União da Vitória.

Deixou viúvo o Sr. Paulo Afonso Rieseberg e duas filhas. Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos.

O destino tragicamente privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de sua serva Zenaide.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Prelwitz Rieseberg, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1488

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. SETEMBRINO PLÍNIO BENVENUTTI, ocorrido em 10.05.90.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.06.90

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 54 anos de idade, faleceu o Sr.

Setembrino Plínio Benvenutti, que deixou viúva Dona Clarice, quatro filhos e cinco netos.

O extinto era funcionário aposentado da Secretaria de Estado da Saúde, onde desempenhava o cargo de Inspetor de Saneamento.

O passamento do Sr. Setembrino Plínio Benvenutti veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como do seu grande círculo de amigos, dentre os quais este Deputado.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Setembrino.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Benvenutti, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1489

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. DEMETRIO SOKOLOWSKEI, ocorrido dia 03 de junho do corrente, em União da Vitória.

Outrossim, requer que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 77 anos faleceu na cidade de União da Vitória, o Sr. Demetrio Sokolowskei.

O extinto deixou viúva a Sra. Irena, quatro filhos, nove netos e 03 bisnetos.

Demetrio Sokolowskei, chegou ao Brasil, por volta de 1930, vindo da Ucrânia e escolheu a cidade de União da Vitória, para sua nova cidade, onde constituiu sua família.

O passamento do amigo Demetrio veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amigos, principalmente nos meios religiosos, onde se dedicou com fervor frente à Comissão Administrativa da Igreja de São Basílio Magno durante a edificação do novo templo.

Demetrio Sokolowskei também deu sua parcela de contribuição ao desenvolvimento de nossa União da Vitória, com seu inces-

sante trabalho e dedicação.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Demetrio.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Sokolowskei, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1490

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. GERMANO SANDE, ocorrido no Município de Bituruna.

Outrossim, requer que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 76 anos de idade faleceu na cidade de Bituruna, o agricultor, Sr. Germano Sande.

O extinto deixou nove filhos, netos e bisnetos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais este Deputado.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Germano.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Sande, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1521

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Desembargador Abrahão Miguel, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando a

criação da Comarca de Iretama.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO N° 1520

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Desembargador Abrahão Miguel, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando a criação das Comarcas de Icaraima, Tamandaré, Santa Cruz do Monte Castelo, bem como a criação de Vara de Família e do Menor na Comarca de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1495

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Desembargador Abrahão Miguel, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando a criação das Comarcas de Manoel Ribas e Borrazópolis.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) LEÔNIDAS CHAVES

REQUERIMENTO N° 1508

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja encaminhado expediente oficial deste Poder à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando estudos de viabilidade para execução do asfaltamento do trecho compreendido entre a localidade de Três Placas à Guaporema.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se com este pedido, atender a antiga reivindicação daquelas comunidades no que tange à melhoria das vias de transporte, proporcionando acesso mais fácil e o melhor escoamento das safras naquela região produtora.

Outro benefício que este asfaltamento proporcionaria era o incentivo e a propulsão de movimento que este trecho levaria àquelas comunidades, dando vida nova e conseqüentemente promovendo o progresso das mesmas.

REQUERIMENTO N° 1510

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, vem pe-

rante a Mesa, REQUERER que, após ouvido o Plenário, sejam consignados em Ata desta sessão, votos de congratulações pela passagem do 56º aniversário do Município de Sertanópolis.

Berço deste Deputado e de tantos ilustres paranaenses, a antiga Potiguará-Tibagi Panema como era conhecida no início do século, foi desbravada e fundada por homens corajosos, que ali abriram as primeiras picadas e ali se instalaram com suas famílias.

Posteriormente denominada de Colônia de Sertanópolis, o Município de Sertanópolis guarda em seus mais de 45 mil hectares umas das terras mais férteis do planeta, tornando-o um grande silo para alimentar o Estado e o País.

Conhecida por seu caráter hospitaleiro que faz com que os seus habitantes mais recentes se sintam imediatamente integrados à sua história, como se ali sempre tivessem vivido, os 56º anos de Sertanópolis representam a maturidade dos seus ideais há muito atingidos, e um futuro promissor às margens das águas caudalosas do Tibagi.

Ali deixamos um pouco de nós, de uma infância bem vivida, onde aprendendo o respeito à natureza, ao trabalho, e acima de tudo, aprendemos a compreender a boa terra Sertanopolense.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO N° 1515

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa de Leis, seja enviado ofício ao Senhor Governador do Estado, solicitando urgência na instalação de uma Delegacia Especializada para o atendimento a mulher, no Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) DUÍLIO GENARI.

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Estadual prevê, em seu artigo 237, a obrigatoriedade do Estado na implantação de delegacias de polícias especializadas no trato de assuntos referentes à integridade física e moral da mulher.

A Lei n° 9279, de 29 de maio do corrente ano, há poucos dias aprovada por esta Casa, em seu artigo 4º, consignou a importância de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros), para a Secretaria de Segurança Pública destinada a instalação dessas delegacias.

A cidade de Toledo, face a população existente, necessita da instalação dessa especializada. É constante nos noticiários de emissoras locais casos de agressão à mulher sem que nada ou muito pouco se tem

feito em benefício delas.

REQUERIMENTO N° 1522

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao egregio Tribunal de Justiça, reivindicando a criação da Comarca de Terra Boa, dentro da próxima Revisão Judiciária do Estado.

O pleito se justifica amplamente, porque Terra Boa é um Município com uma expressiva população, criado em 1953, distante da sede da atual Comarca e que está a merecer a dotação de um órgão próprio do Poder Judiciário.

O pleito de garantia de uma Justiça mais pronta porque mais presente é levantado pela nobre classe dos advogados locais, pelas lideranças políticas e administrativas e pela população laboriosa de comerciantes, industriais e agricultores de Terra Boa.

Requer, ainda, que deste seja dada ciência aos Srs. Prefeito e Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO N° 1507

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja encaminhado expediente oficial deste Poder à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando estudos de viabilidade para o asfaltamento do trecho compreendido entre o Município de Campo Mourão e o Município de Roncador, passando pela localidade de Campina do Amoral.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) NAMIR PIACENTINI.

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação constitui-se em um antigo desejo daquelas comunidades no que tange à melhoria das vias de transporte, proporcionando acesso mais fácil e conseqüente melhora no escoamento das safras naquela região produtora.

Outro incontestável benefício que esta ligação proporcionaria era o incentivo e propulsão de movimento que levaria às comunidades interessadas em promover o progresso, inclusive comercial da região.

Face ao exposto, ficamos no aguardo de um posicionamento, dentro da brevidade que a própria questão requer.

REQUERIMENTO N° 1523

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados, mediante protocolo na cópia,

ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Abrahão Miguel, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, os documentos em anexo, enviados por comissão representativa dos Advogados da Comarca de Chopinzinho, encarecendo a elevação de entrância da referida Comarca, no que são endossados plenamente por este Deputado, visto a importância de que se reveste a solicitação em questão, não só pela melhor e mais rápida distribuição da justiça como, também, pelos desdobramentos sociais de tal fato naquela comunidade.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO N° 1499

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados, mediante protocolo na cópia, ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Jorge Andrigheto, Digníssimo Presidente da Comissão de Organização de Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, os documentos em anexo, enviados por comissão representativa dos Advogados da Comarca de Chopinzinho, encarecendo a elevação de entrância da referida Comarca, no que são endossados por este Deputado, tendo em conta a importância de que se reveste a solicitação pretendida, não só pela melhor e mais rápida distribuição da Justiça, mas também pelos desdobramentos sociais que tal fato acarretará.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO N° 1518

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Presidência do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de que seja instalado um Posto Avançado daquele estabelecimento de crédito na sede do Distrito Administrativo de São Luiz do Oeste, no Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 06.06.90

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

São Luiz do Oeste, um dos mais prósperos Distritos Administrativos de Toledo, tem sua economia ligada principalmente às atividades agropecuárias. Conta com dezenas de aviários produzindo centenas de milhares/aves anuais além de um número expressivo de chiqueirões.

A sede do Distrito conta com escolas de 1° e 2° graus, telefone, posto de correio, rede de estabelecimento de água, casas comerciais, pequenas indústrias e também diversos prestadores de serviço. Pos-

sui ainda, três grandes produtores de sementes, compradores de cereais e distribuidores de insumos. Predomina a população de origem alemã, italiana e japonesa. Fato importante, também, é a presença de minifúndios, o que assegura a residência daquela população na região.

Temos certeza do apoio dos nobres Deputados e contamos com a aprovação da Presidência do Banestado S/A.

REQUERIMENTO N° 1497

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Alberto Pinto Carvalho, Superintendente da FUNDEPAR, em atenção ao ofício 032/90, solicitando medidas cabíveis para que seja construída uma quadra de esportes para Escola Estadual Santa Terezinha localizada em Palotina.

Sala das Sessões, em 06.06.90

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Santa Terezinha, ensino de 1° grau localizada na Av. Werno Bruno Ritte, s/n, bairro da população carente e de baixa renda, na cidade de Palotina, atendendo hoje 700 alunos, enfrenta grandes dificuldades, tornando-se quase impossível desenvolver um trabalho de educação física, em razão de não possuir nenhum local adequado para as aulas e as mesmas estarem sendo realizadas em uma via pública da cidade.

REQUERIMENTO N° 1511

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja feito através da Secretaria de Estado dos Transportes o asfaltamento urgente da Estrada que liga o Município de Boa Vista da Aparecida - Pr, ao Distrito de Juvinópolis, no sentido de Cascavel-Pr, ambos localizados na região oeste do Estado do Paraná.

Requer-se, também, que da decisão da Casa, seja oficiado à Secretaria de Estado dos Transportes, dando-se ciência deste, ao Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Vereadores, Executiva do PSDB, PT, PDT, PMDB e PTB do Município de Boa Vista da Aparecida, e aos demais jornais, rádios, revistas e canais de televisão das regiões oeste e sudoeste do Estado do Paraná, conforme relação em anexo.

Sala das Sessões, em 06.06.90

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

O Município de Boa Vista da Aparecida, localizado no oeste paranaense, conta com

mais de 17 mil habitantes, portanto um dos Municípios mais jovens e bem estruturado da região, está reivindicando pelo asfaltamento urgente da estrada que liga o Município de Boa Vista da Aparecida ao Distrito de Juvinópolis no sentido do Município de Cascavel. Este asfaltamento trará e levará através dos seus vinte e seis quilômetros, mais progresso ao interior do oeste paranaense.

Esta ligação asfáltica beneficiará as comunidades da Linha Cruz Alta, Linha São Sebastião, Linha Gaúcha, Linha Portão do Incra, Linha Pires e o Distrito de Juvinópolis, dentre outras localizadas no interior do Município de Boa Vista da Aparecida, evitando atrasos que muitas vezes se tornam onerosos.

Há muito tempo o povo do Município de Boa Vista da Aparecida aspira pelo asfaltamento urgente da estrada que liga este Município ao Distrito de Juvinópolis, para que possam se locomover com mais rapidez, conforto e segurança até o Município de Cascavel, pólo da região oeste.

Através deste requerimento, esperamos integrar e tornar a vida de todos mais acessível e confiamos nos investimentos neste setor, que faz-nos crer, na urgência do atendimento.

REQUERIMENTO N° 1514

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento da Assembléia Legislativa e, após ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado ao Excelentíssimo Governador do Estado do Paraná, cópia deste requerimento solicitando sua intercessão junto à TELEPAR no sentido de dotar o Distrito Administrativo de Novo Sobradinho, Município de Toledo, de uma Central Telefônica.

Sala das Sessões, em 06.06.90

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

O crescimento da população na zona rural do Município de Toledo é cada vez maior. O Comércio e as pequenas indústrias estão se estabelecendo gradativamente, nas sedes dos distritos no programa de fixação do homem no campo. É o caso do Distrito de Novo Sobradinho que cresce singularmente e, por ser área central do Município, de fácil acesso de outros distritos além da grande produção de suínos e aves, juntamente com a agricultura, cremos ser indispensável o atendimento à solicitação daquele povo.

REQUERIMENTO N° 1513

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso das suas atribuições que lhe confere o Regimento da Assembléia Legislativa, após

Curitiba, quarta, em 06.06.90

ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhada ao Excelentíssimo Governador do Estado do Paraná, cópia deste requerimento solicitando para que interceda junto à TELEPAR, na instalação de um "Posto de Serviço" de telefonia na localidade de Linha João Gomes, Santa Quitéria, no Distrito Administrativo de São Sebastião, Município de Ouro Verde do Oeste.

Sala das Sessões, em 06.06.90

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Linha João Gomes, no Município de Ouro Verde do Oeste, está ligada à agricultura, mais precisamente nas plantações de soja, trigo, milho e algodão. A pecuária é forte na região. Fato importante, também, é a predominância de minifúndios naquela localidade e região, e não possuir estradas de fácil acesso para os moradores da Linha João Gomes nas comunicações para atividades comerciais, bem como para as de família.

REQUERIMENTO N° 1517

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Assembléia Legislativa, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado cópia deste à Legião Brasileira de Assistência, desta cidade de Curitiba, no sentido de que seja instalado na sede do Município de Toledo, um Centro Regional da LBA.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Todo o Brasil conhece os relevantes serviços prestados pela LBA à população carente do País. O atendimento às crianças na saúde, educação, alimentação e vivência social, representa muito para os pequenos, no início de suas vidas.

O Município de Toledo é hoje pólo microrregional. Abrange 13 municípios circunvizinhos. Já a partir do próximo ano, mais 10 municípios serão criados, desmembrados dos já existentes e todos estão ligados diretamente a Toledo, por via asfáltica.

A cidade conta atualmente com 120.000 habitantes. Possui toda a infra-estrutura necessária para uma cidade de médio porte, tais como redes de água e esgoto, vias asfaltadas, iluminação pública, rede bancária, escolas de primeiro, segundo e terceiro graus, hospitais, emissoras de rádio e diversos escritórios regionais de órgãos estaduais e federais.

REQUERIMENTO N° 1516

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso das atribuições que lhe confere o Re-

gimento Interno da Casa, REQUER, após ouvido o Plenário, para que, quando da elaboração da lei específica para o fomento da pesquisa científica e tecnológica, prevista no art. 205 da Constituição Estadual nas representações paritárias, sejam incluídos representantes residentes no Oeste Paranaense, de preferência das cidades que compõem a FUNIOESTE - Fundação Universidade do Oeste.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Apesar de todos serem sabedores da pujança do Oeste Paranaense, da produção agropecuária lá existente, de ser chamado pelos Governos de "Celeiro do Paraná", pouca ou quase nenhuma representação tem tido os órgãos estaduais de representatividade. Nas horas de tomadas de decisão, o Oeste não é consultado. Muitas decisões aqui tomadas não são do agrado daquele povo trabalhador. O oeste do Paraná, através das quatro faculdades que compõem a FUNIOESTE, estão seriamente empenhadas na implantação de novos cursos que objetivem o desenvolvimento da bio-tecnologia de ponta e outros afins.

Nada mais justo para o Oeste Paranaense, do que transformar lá mesmo os produtos de sua agropecuária.

Para tanto, é necessário que haja representantes daquela região junto ao Estado.

REQUERIMENTO N° 1503

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja solicitado ao poder Executivo, através do Sr. Governador do Estado, pedido de informações com fundamento no art. 55 e correlatos da Constituição Estadual, a respeito das razões que determinaram a convocação de concurso público no ITCF, conforme Edital n° 01/90, publicado no jornal "Gazeta do Povo" de 05.06.90, pág. 14, em anexo.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A realização desse concurso no âmbito do ITCF se afigura inoportuna, de vez que a Reforma Administrativa proposta por iniciativa do Poder Executivo prevê a extinção desse órgão, com dispensa de servidores e futura incorporação do corpo funcional remanescente a um outro departamento público ainda a ser criado.

Viola o senso comum a simples observação do Edital que abre 58 vagas de técnicos e outros servidores, num momento em que o Instituto está sendo desativado, com dispensa de pessoal, transferência de outros servidores para um "bolsão de reserva da Administração" e situações correlatas;

levando mesmo à suspeita de que o extemporâneo concurso seja destinado a acomodar apaniguados.

Ressalta o fato de que o próprio Governador do Estado baixou decreto proibindo a admissão de pessoal. Destarte a realização desse concurso configura incoerência entre a proposta e a ação do Executivo, a menos que se considere a hipótese de desconhecimento da realização do concurso por parte do Governador para obviar o que, anexamos recorte do edital.

"ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PR COORDENADORIA DO FÓRUM DE DEBATES

Doc. Inform./Banco de Dados

Fonte: Gazeta do Povo

Data: 05.06.90

Página: 014

Seção: Editais

Item: n° 01/90 - ITCF

INSTITUTO DE TERRAS,
CARTOGRAFIA E FLORESTAS
VINCULADO À SECRETARIA DE EST. EXT. DE
COORD. DA R.A. GOVERNO DO PARANÁ

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL N° 01/90

O Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, realizará Concurso Público para preenchimento das vagas abaixo:

09 vagas para Engenheiro Florestal

06 vagas para Engenheiro Agrônomo

25 vagas para Auxiliar de Recursos Naturais Renováveis (Técnico Agrícola, Florestal e Agropecuária)

08 vagas para Auxiliar Administrativo

09 vagas para Operário Rural

01 vaga para Guarda Parque

As inscrições encontram-se abertas no período de 5 a 11 de junho de 1990.

Maiores informações poderão ser obtidas no Diário Oficial do Estado do Paraná do dia 01.06.90, ou na sede do ITCF, Rua Desembargador Motta, 3384, Curitiba, ou nos Escritórios Regionais do ITCF em todo o Estado.

(a) MAURO DALOTTO

Presidente da Comissão do Concurso

REQUERIMENTO N° 1483

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam feitas gestões junto ao Excelentíssimo Senhor Francisco Deliberador Neto, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, objetivando sejam determinadas providências imediatas para a construção de um Trevo e conseqüentemente a pavimentação asfáltica do acesso de ligação da PR-090 ao Distrito de Barro Preto, no recém-criado Município de Ventania, de forma a ofe-

recer condições reais de tráfego.

A medida que ora se submete a apreciação dessa Colenda Casa, é o resultado do esforço conjunto lideranças políticas e a população em geral e visa, sobretudo, alertar os setores competentes para a premente necessidade de providências que venham dotá-lo de condições de trafegabilidade, visto que, quando da construção da PR-090, o mesmo não constou do plano de obras e hoje, lamentavelmente, apresenta-se ainda em leito natural, de difícil acesso, principalmente em dias chuvosos, tanto para o transeunte que ao transitar pela PR-090 queira chegar a Barro Preto, como para sair.

Por outro lado, considerando que ainda estão sendo executadas as obras de asfaltamento da BR-153, ligando IBAITI-VENTANIA, seria oportuno sugerir que a mesma empreiteira que realiza esses serviços executasse a pavimentação asfáltica pretendida, aproveitando pessoal e maquinário que lá se encontram, de forma a facilitar o trabalho e, obviamente a redução de custos.

Feitas estas observações, é importante salientar que VENTANIA é hoje um dos mais jovens Municípios do Paraná, criado pela Lei n. 9244, de 14 de maio de 1990 e, por isso medidas dessa natureza tornam-se imperiosas de forma a acompanhar o próprio processo evolutivo que sofrerá, o que virá contribuir significativamente para o seu desenvolvimento sócio-econômico.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 065/90

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° - Fica autorizada a realização do plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Mirassol, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Prado Ferreira.

Começa na nascente do Córrego Floresta até sua foz no Ribeirão Capim. Segue pelo Ribeirão Capim até a foz do córrego que nasce na Lagoinha. Daí segue pelo Córrego Mitacunhá até desembocar no Ribeirão Vermelho.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) HOMERO OGUIDO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 066/90

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Moreira Sales, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Malu.

"Ponto de partida na foz do Rio Claro no Rio Ivaí. Sobe pelo Rio Claro até a divisa reta e seca com o Município de Engenheiro Beltrão, segue por esta e pela divisa entre os Lotes Rurais 310 A", 221, 206, 205, 190 e 1" (todos exclusive) até o "Ribeirão Ibertioga", sobe por este até a divisa entre os "Lotes Rurais 466" (inclusive) com "96" (exclusive) segue por esta até a "Estrada Palmeira" e por esta até a divisa reta e seca, com o Município de Jussara, segue por esta até o Rio Ivaí, sobe por este até a foz do Rio Claro, ponto de partida".

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE MALU.

"Começa na saída para Terra Boa, no cruzamento da Rua Santo Antonio, segue daí pela Rua Santo Antonio rumo Oeste, atravessando a Rua Palmital até encontrar o canto da data n. 01 da Quadra n. 16, segue daí rumo Norte contornando os lotes da Quadra n. 16, 13, até encontrar a Rua Paraná, daí por esta rumo, Leste até encontrar a Rua Presidente Castelo Branco, na Saída para Maringá. Junto a Rua Terra Boa, segue daí rumo Sul, pela Rua Terra Boa, até encontrar a Rua Santo Antonio, daí por esta rumo Oeste até encontrar a Estrada para Terra Boa, ponto inicial.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 067/90

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Marechal Cândido Rondon, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Entre Rios do Oeste:

"Começa no Lago do Itaipu, partindo sentido Norte-Sul, pelo Arroio Felicidade até encontrar a linha divisória da fazenda Britânia, seguindo pela mesma linha no sentido Oeste-Leste até encontrar o Rio São Francisco, descendo por este sentido Leste-Oeste até encontrar o Lago de Itaipu, descendo pelo mesmo em sentido Nordeste-Sudoeste, até a Barra do Arroio Felicidade, ponto de partida".

MEMORIAL DESCRITIVO DO MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE.

Inicia na Foz do Rio São Francisco, no Lago do Itaipu. Do ponto inicial sobe o Rio São Francisco até a divisa da Fazenda Britânia, deste ponto pela referida divisa até o encontro com o Arroio Felicidade, desce pelo mesmo até a sua foz no Lago de Itaipu, seguindo pelo antigo leito do Rio Paraná (atual Lago de Itaipu até a foz do Rio São Francisco).

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DE ENTRE RIOS DO OESTE:

Tem como ponto inicial e final o entroncamento da Rua São Francisco com a Rua Demétrio Ribeiro. Segue pela Rua Demétrio Ribeiro até a Rua Araguaia, por esta até a Rua General João Manoel, por esta até a divisa da chácara 87 (exclusive) até a rua suburbana, por esta até a Rua São Francisco, por esta até o entroncamento da Rua Demétrio Ribeiro, ponto inicial e final".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) WERNER WANDERER

Apoiamento:

Anibal Khury, David Cheriegate, Basílio Zanusso, Lindolfo Júnior, José Rogério Carvalho e Nilton Barbosa.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 068/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito o Município de Pato Bragado, com território desmembrado do Município de Marechal Cândido Rondon, com sede na localidade do mesmo nome e as seguintes divisas:

"Tem como ponto inicial e final, a Foz do Rio Branco no Lago de Itaipu, antigo leito do Rio Paraná. Do ponto inicial, sobe pelo Rio Branco até encontrar a desembocadura da Sanga Caranchan, sobe por esta até sua nascente, deste ponto, segue pela linha divisória dos lotes rurais 50, 47, 46 (inclusive) e 51 e 54 (exclusive) do 22º perímetro até alcançar a cabeceira da Sanga Biriva, segue pela Sanga Biriva até sua Foz no Arroio Fundo, desce pelo Arroio Fundo até a ponte na Estrada Porto Britânia Margarida, segue por esta até a divisa dos lotes 20 (inclusive) e 19 (exclusive) até o Arroio Marreco, desce pelo Rio São Francisco até sua Foz no Lago Itaipu no Rio Paraná, pelo Talvégue do Rio Paraná até sua Foz do Rio Branco, ponto inicial e final".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas

as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) WERNER WANDERER.

Apoiamento: ANIBAL KHURY, DAVID CHERIEGATE, BASÍLIO ZANUSSO, LINDOLFO JÚNIOR, JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO e NILTON BARBOSA.

PROJETO DE LEI Nº 333/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Distrito Judiciário de São João, no Município de Altônia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo dar atendimento a uma justa reivindicação dos habitantes da comunidade de São João, que já preenche os requisitos básicos necessários para elevar-se à categoria de Distrito Judiciário.

Considerando que a nova configuração de Distrito Judiciário irá propiciar grandes benefícios aos habitantes da comunidade de São João, nada mais justo e oportuno que esta Casa de Leis venha hipotecar integral apoio ao presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 334/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica incluído no anexo II da Lei nº 9279 de 29 de maio de 1990, código 8800.16885371.091 da Secretaria de Estado dos Transportes, o trecho BR-476 - São Cristóvão;

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

As folhas 04 do anexo II da Mensagem Governamental nº 091/90 de 18 de abril de 1990, consta o trecho de estrada da BR-476 São Cristóvão código 8800.16885371.091 da Secretaria de Estado dos Transportes (Doc. anexo), por outro lado, no parecer de 18 de maio do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, Relator do Projeto de Lei nº 262/90, oriundo da Mensagem Governamental nº 091/90, também consta no anexo II o referido trecho às fls. 07 (doc. anexo); No Diário da Assembléia nº 41 de 19 de abril de 1990, pag. 12, figura o aludido trecho de estrada, entretanto, no novo parecer oferecido em 25 de maio ao Projeto de Lei nº 262/90 pelo Senhor Relator Deputado Jo-

sé Rogério (doc.anexo), deixou de constar o trecho BR-476 - São Cristóvão, exclusivamente por erro de datilografia, pois todos sabemos que não houve nenhuma Emenda supressiva nesse sentido, razão porque na redação final ao projeto, bem como no autógrafo encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador não figurou o trecho Br-476 - São Cristóvão, conseqüentemente não constou da Lei nº 9279 sancionada pelo Senhor Governador e publicada no Diário Oficial nº 3274 de 29 de maio de 1990 (página 04). (doc.anexo).

Para solucionar esta anomalia estamos apresentando este plano de lei, que esperamos seja acolhido.

PROJETO DE LEI Nº 335/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido para a primeira semana do mês de outubro em todos os anos, a "Semana do Vestuário do Paraná".

Parágrafo Único - As comemorações alusivas a referente data, tratada no "caput" deste artigo, serão realizadas pelo Governo do Estado com colaboração da Prefeitura Municipal de Cianorte, daqui em diante intitulada a "Capital do Vestuário do Paraná".

Art. 2º - Esta lei, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.06.90

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Cianorte muito se tem destacado no panorama do desenvolvimento sócio-econômico paranaense. Seu progresso contínuo torna-se indiscutível, a ponto de ser considerada uma das cidades de maior projeção de nosso Estado. Além do seu crescimento econômico e social, tem ela se destacado de modo especial no campo de confecção de roupas. Sendo um dos pólos mais conhecidos e prósperos da indústria vestuária. Tal se prova no fato de haver várias excursões diárias de pessoas vindas de diferentes pontos à procura de roupas lá confeccionadas.

Assim sendo, nada mais junto do que nela localizar-se as comemorações à "Semana do Vestuário do Paraná", intitulando-lhe como "Capital do Vestuário do Paraná" fazendo-lhe esta propícia homenagem.

PROJETO DE LEI Nº 336/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica expressamente proibida a caça, sob qualquer pretexto, em todas as suas modalidades e por quaisquer meios, no

território do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Não se compreendem na proibição deste artigo:

I - a caça de animais nocivos que não constem de lista oficial de espécies raras ou ameaçadas de extinção, elaborada pelo órgão competente, desde que empreendida sem qualquer finalidade comercial.

II - o abate de animais silvestres, sob condições próprias humanitárias, para evitar sofrimento desnecessário, quando mortalmente feridos, acometidos de doença grave e incurável ou portadores de deficiência congênita que lhes proporcione uma existência penosa.

Art. 2º - Para os fins previstos nesta lei, entende-se por:

I - caça: o ato de perseguir, surpreender ou atrair os animais da fauna silvestre, bem assim, os pombos domésticos, com o intuito de abatê-los ou capturá-los feridos;

II - fauna silvestre: os animais de quaisquer espécies, qualquer que seja a sua procedência e fase de seu desenvolvimento e que vivem naturalmente, em estado selvagem, fora do cativeiro;

III - animais nocivos: os animais da fauna silvestre manifestamente prejudiciais à saúde pública.

Art. 3º - A conduta e atividade que importem em transgressão aos dispositivos desta lei sujeitarão o infrator à apreensão e perda das armas, instrumentos venatórios e animais caçados, seguida de multa, nunca inferior a duas BTNs ou outra medida que venha substituí-la, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

§ 1º - Os produtos perecíveis apreendidos poderão ser doados a instituições científicas, hospitalares, casas de caridade e às populações de baixa renda;

§ 2º - Os recursos provenientes da aplicação de sanções previstas neste artigo serão aplicadas prioritariamente, em projetos de repressão à caça, de preservação da natureza e de melhoria da qualidade ambiental do Estado.

Art. 4º - O Poder Público, através das autoridades ou órgãos competentes, exercerá vigilância e punirá os infratores desta lei.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta lei, naquilo em que for necessário, no prazo de 90 dias, contando da data de sua publicação.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.06.90

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em epígrafe, que trata da proibição da caça no território do Estado do Paraná, constitui-se em um dos

instrumentos que objetivam viabilizar o direito constitucional, inserido no artigo 207, do Capítulo do Meio Ambiente, da Constituição do Estado do Paraná, em seu Capítulo XIV - "proteger a fauna, em especial as espécies raras e ameaçadas de extinção, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica ou submetam os animais à crueldade.

Passando ao exame material da proposição constata-se, em seu art. 1º, que a proibição abrange toda modalidade de caça, cuja definição vem traçada em seu art. 2º, I. Af, protegidos também foram os pombos domésticos, considerando-se o chamado "tiro ao voo livre", suposta prática desportiva que merece todo o nosso repúdio e censura.

Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender suas peculiaridades inerentes à matéria em questão.

O parágrafo único do art. 1º deste projeto autoriza a caça nas hipóteses e condições em que menciona, plenamente justificada pela simples leitura de seus incisos.

Por fim, em seu artigo 3º, a proposição comina sanções administrativas aos seus infratores, para se evitar seu descumprimento. Ideal seria se desnecessárias fossem leis dessa natureza, se todos houvessem já atingido um alto grau de conscientização da importância da preservação e proteção ambiental em toda a sua amplitude, cujos benefícios revertem em proveito do próprio homem.

PROJETO DE LEI Nº 337/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Tocantins, com sede e foro no Município de Toledo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Conjunto Residencial Tocantins foi fundada com o intuito de colaboração com os Poderes Públicos e demais associações, no sentido da solidariedade social, com a finalidade de proteger os direitos e representar os interesses dos moradores daquela localidade perante as autoridades administrativa e judiciárias.

Entre os diversos deveres da Associação, citamos alguns, como o apoio às famílias carentes, o desenvolvimento de atividades culturais e desportivas e promoção

de atividades que visam a melhoria das condições de vida dos moradores.

A documentação que acompanha nossa propositura justifica plenamente as exigências legais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Primeiro Orador inscrito, Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Lê):

MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO!

Estamos em plena semana mundial do meio ambiente.

Nada mais próprio para uma reflexão, uma análise cuidadosa, a respeito do nosso papel na questão ambiental.

Neste momento, quando em todo o mundo, as atenções das autoridades, governantes, lideranças, técnicos e especialistas na causa ecológica, além da população em geral, estão voltadas para a natureza e o meio ambiente como um todo.

Nesta hora, mais do que nunca, precisamos repensar nosso papel na sociedade.

Quando falamos em meio ambiente, não falamos, apenas, em ecologia, em árvores e rios limpos, animais vivos e ar puro. Não.

Quando falamos em meio ambiente falamos em qualidade de vida. E qualidade de vida começa dentro da nossa casa.

Muitas vezes, quando ouvimos discussões sobre a questão ambientalista, pensamos: mas o que posso eu fazer diante de tudo isso? Eu sou apenas um diante do processo que se encaminha contra a natureza. Será que aquilo que eu faço ou deixo de fazer interfere na qualidade de vida em geral?

E quase nunca chegamos à resposta correta, àquela resposta que indica que temos, sim, responsabilidade pelo meio em que vivemos.

Todos os debates que estão sendo realizados, no mundo todo, sobre o assunto, levam a um único ponto: o sucesso da questão ambiental depende de uma coisa chamada consciência.

Consciência que vai desde nossas crianças, novinhas ainda, futuros cidadãos, passando pela população, até chegar nos grandes poluidores e nos nossos governantes.

E é exatamente a partir daí que nós temos que iniciar nosso trabalho.

Não podemos, jamais, cobrar dos outros, aquilo que não temos e ou não fazemos.

O simples fato de usarmos, em nossas casas, sabão biodegradável, implica numa qualidade de vida mais sadia.

O simples fato de não jogarmos lixo em

terrenos abandonados, demonstra consciência. O ato contrário, é exatamente a burrice. A burrice daqueles que não sabem que estão construindo uma verdadeira usina contra a sua vida.

Ratos, baratas, cobras, mau cheiro, tudo reflete falta de consciência.

Os imbecis que praticam tiro ao pato no Parque do Bacacheri são a expressão maior do que a bestialidade humana pode fazer contra o meio ambiente.

É preciso que tenhamos a capacidade de pôr as mãos na cabeça e fazer um diálogo interno: onde eu estou colaborando e, principalmente, onde eu estou faltando com a natureza?

Você sabia que o simples ato de separar num saco o lixo orgânico e, no outro, o inorgânico, reflete preocupação com a qualidade de sua vida, da sua família e da humanidade?

Sabia que separando o lixo que não é lixo você está ajudando a desmontar as usinas de lixo e contribuir para a pureza do nosso solo, nossa água e nosso ar?

A questão fundamental é: eu posso fazer algo pela vida. Eu quero preservar a vida.

A partir daí, tudo o que vier é lucro.

É preciso que além da consciência, tenhamos a capacidade de denunciar.

Denunciar o corte de uma árvore, o abate de um animal, maus tratos com bichinhos, poluição da água e do ar. Não importa quem seja o agente promotor disso.

Seja lá quem for, é um criminoso - está ajudando a puxar o gatilho de uma arma apontada para a cabeça de toda a humanidade.

E quem testemunha tal crime e não o impede, nem o denuncia, é cúmplice.

É a cumplicidade com o assassinato doloroso, cruel e silencioso de toda a civilização.

Todos nós temos o direito e o dever de lutar pela vida. Pelo direito à qualidade de vida;

Não abra mão disso. Ajude a formar consciências, afinal, não estamos fazendo nada mais que transformar o mundo em que vivemos em algo muito melhor e mais sadio.

Vida é consciência.

Ajude a preservar.

(Termina de ler).

Por isso, nesta semana do meio ambiente, a Capital do Estado do Paraná, Curitiba, tem dado para este País uma demonstração de preocupação com a vida dos seus munícipes e daqueles que para cá aportam.

Ainda ontem o Prefeito Jaime Lerner instalava no Parque Barigui um placar para mostrar à população, àqueles que utilizam o Parque Barigui o quanto foi importante a implantação do projeto "lixo que não é lixo". Quantas mil árvores já foram evitadas

que viessem a ser derrubadas ao solo, e este placar está lá exatamente para conscientizar a população do quanto é importante a natureza.

E hoje pela manhã Curitiba ganhou o seu Jardim Botânico, uma área extraordinária localizada no Bairro do Cajuru, saída para a BR- 277 em direção às praias. O curitibano ganha uma imensa área, uma área valorizada onde está plantado o Jardim Botânico. Como parte do Dia Mundial do Meio Ambiente, esta solenidade foi realizada hoje pela manhã com a presença de várias autoridades ligadas à preservação do meio ambiente.

A área ocupa um espaço aproximado de 245 mil metros quadrados em frente ao velódromo e destina-se ao desenvolvimento de pesquisas e à visitação pública, e o Jardim Botânico obedece a projeto elaborado pelo IPPUC que prevê a construção de um jardim composto por diversos tipos de flores coloridas. Conterá canteiros para o cultivo de plantas destinadas ao estudo científico. O local será um dos melhores complexos botânicos do país e servirá como referência nacional e internacional, tendo em vista as espécies de plantas a serem cultivadas.

A primeira etapa de obras será a construção do Museu Botânico, com a instalação de uma estufa. O projeto consumirá recursos públicos e da iniciativa privada, em parceria com a Prefeitura de Curitiba. A estufa será construída com apoio do "Boticário", inspirada nos palácios de cristais ingleses, edificada em ferro e vidro e ocupará uma área de 500 metros quadrados. A estufa será destinada ao cultivo de todas as espécies de plantas existentes no País, servindo como mostruário da riqueza da flora brasileira. O Museu Botânico substituirá o existente no Horto do Guabirota e será dotado de espaço para exposição, pesquisa botânica, biblioteca, auditório, enfim, toda a infra-estrutura necessária para o seu funcionamento.

Por isso, nós estamos realmente felizes com essas iniciativas porque a cada dia que passa a Capital do Estado do Paraná está na verdade demonstrando toda a sua preocupação com a natureza, toda a sua preocupação com o meio ambiente, já sendo considerada em todo o País como a Capital Ecológica, na verdade esse título que merece por tudo que vem se fazendo na Capital do Estado do Paraná com relação ao meio ambiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Gostaria de registrar nesta oportunidade, nestes poucos minutos do Pequeno Expediente, apenas para não deixar passar em brancas nuvens, um assunto que me parece até irônico. Os principais jornais noticiam que o Governador do Estado determina muito rigor na apuração de responsabilidades dos culpados, ou dos responsáveis, pela estrada construída no município de Londrina e que agora, após quase dois anos de sua pavimentação, há denúncias de que a "Estrada da Cegonha" não devia ser a "Estrada da Cegonha", mas uma outra estrada. Embora um trecho curto de cerca de dez quilômetros, denuncia-se agora publicamente, e o Governador do Estado determina a apuração de responsabilidade, de quem é o culpado pela pavimentação da "Estrada da Cegonha" e não da "Estrada de Coroados".

Estamos aqui há longos anos e me parece ser "sui generis" o fato de que nem Prefeito, nem Governo do Estado... porque é de meu entendimento que um telefonema para o ex-Secretário dos Transportes e ex-Diretor do DER do Paraná seria o bastante para elucidar, para esclarecer. Quem é que fez uma estrada lá em Londrina com o nome de "Cegonha", ou um outro qualquer, qual foi a construtora, qual foi o edital de licitação, quem concorreu, quem fiscalizou a construção da estrada, quem pagou...

Vejam como as coisas estão difíceis no Paraná e no Brasil. Faz-se uma estrada de dez quilômetros e depois de dois anos, inclusive com o Vereador Antenor Ribeiro aqui, que denuncia na Câmara e quer saber se houve algum interesse escuso, ou não, neste equívoco de se fazer uma estrada pensando que fosse outra.

Faço este registro, - como disse, me surpreende porque ao longo de vinte anos eu nunca vi uma coisa destas e ainda o Governador tem que se incomodar para saber quem mandou fazer, quem fiscalizou e determina inclusive um inquérito administrativo, quando acho que alguns telefonemas para a Diretoria do DER e para o ex-Secretário dos Transportes, as coisas poderiam ser esclarecidas. Pelo menos isto.

Mas como não é só coisa ruim que acontece no Brasil, felizmente, o jornal "Correio de Notícias" publica pronunciamento do Senhor Osmar Dias, Secretário da Agricultura, da liberação de 160 milhões de cruzeiros, aproximadamente, para a instalação de cinco terminais de calcário no Paraná. Serão eles instalados no município de Araucária e depois União da Vitória, Guarapuava, Apucarana e Cianorte. Não posso deixar de cumprimentar o Senhor Secretário da Agricultura por ter tomado esta providência. Faz parte de projeto anterior, e levado para a área produtiva da nossa agricultura, o calcário tão necessário. E como sabemos todos nós que o

problema maior do calcário está no transporte, que encarece o seu custo, tornando quase impossível a aplicação do calcário lá nas terras mais distantes do Oeste, Noroeste e também no Sudoeste. Portanto uma providência que merece o registro. E as nossas congratulações à Secretaria de Agricultura por uma providência que vem atender, sem dúvida alguma, a uma reivindicação muito antiga dos produtores agrícolas do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. NILTON BARBOSA (Pela ordem) - Só para registrar nos Anais da Casa as presenças do Vice-Prefeito de Mariluz, Braz, e do Vereador Bugrão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está devidamente registrada.

Anunciamos a presença do Vice-Governador Ary Queiroz.

Grande Expediente. Lideranças:

PDS.

(DECLINA)

PFL.

(DECLINA)

PDC.

(DECLINA)

PTB.

(DECLINA)

PRN.

(DECLINA)

PDT.

(DECLINA)

PT.

(DECLINA)

PL.

(DECLINA)

PMDB.

(DECLINA)

PSDB.

(DECLINA)

A Mesa registra a presença dos alunos, da 8.^a série, da Escola Omar Sabag no Plenário desta Casa, acompanhados da Professora Vitória. Desejamos que a estada seja plena de felicidade.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ato do Senhor Presidente, nº 03/90, constante do expediente, declarando constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 7 (sete) membros, objetivando averiguar as causas e responsabilidade pelos graves problemas da educação pública no Estado do Paraná.- A Diretoria Legislativa, para atendimento ao disposto no item II, e anexação do requerimento que originou o presente ato.

Expediente subscrito pelo Senhor Depu-

tado João Arruda, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente de sessão anterior, comunicando que o Deputado que o presente subscreve, representará o Partido da Frente Liberal na Comissão Parlamentar de Inquérito.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente de sessão anterior, indicando o nome dos Senhores Deputados, que irão compor a CPI sobre Educação.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente de sessão anterior, indicando o nome dos Senhores Deputados que irão compor às Comissões Técnicas Permanentes desta Casa.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, devidamente apoiado, constante do expediente de sessão anterior. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, devidamente apoiado, constante do expediente de sessão anterior. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria,

constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 20/89, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que cria o Município de Santa Maria do Oeste. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N° 20/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado o Município de Santa Maria do Oeste, desmembrado do Município de Pitanga, com as seguintes divisas:

"Tem como ponto inicial e final a foz do Rio da Prata no Rio Cantu. Do ponto inicial, sobe pelo Rio Cantu até a sua nascente; deste ponto segue por linha seca no divisor de águas da Serra de Pitanga (divisa do imóvel Tigre com a gleba 3 - Rio Feio) até a nascente do Rio Marrequinha; deste ponto segue por linha reta e seca até alcançar o Rio dos Pocinhos; desce pelo Rio dos Pocinhos até a sua foz no Rio Araguaí; desce por este até a foz do Arroio Buriti; sobe por este até a sua nascente; deste ponto deflete à direita em linha seca rumo Sul até a estrada Santa Maria - Saudades; segue por esta até a divisa com o Município de Turvo na ponte sobre o Rio Bonito; sobe por este até a sua nascente; deste ponto segue rumo Noroeste por linha reta e seca (divisa intermunicipal com Turvo) até a nascente do Rio Caçador ou Baú, desce por este até a foz do Rio Logrador (divisa intermunicipal com Guarapuava e Cantagalo); sobe por este até a sua nascente (divisa intermunicipal com Palmital); deste ponto segue em linha reta e seca até encontrar a nascente do Arroio Seco; desce por este até sua foz no Rio Caveira; desce por este até sua foz no Rio da Prata; desce por este até sua foz no Rio Cantu (divisa intermunicipal com Palmital), ponto inicial e final.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em ??-??-??

?

PRESIDENTE

?

RELATOR

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n° 61/90, de autoria da Deputada Vera Agibert, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Imbituva, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Guamiranga. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 57, de 22.05.90).

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 161/89, de autoria do Deputado Eduardo Baggio, que declara de utilidade pública a Associação e Oficina de Caridade Santa Rita de Cássia, com sede e foro na cidade de Paranavaí. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 354/89, de autoria do Deputado Acir Mezzadri, que declara de utilidade pública a Legião da Fraternidade, com sede e foro nesta capital. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 320/90, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, que declara de utilidade pública a Associação Comunidade Vida Nova, com sede e foro nesta capital. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 70/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Assistencial Educacional e Cultural. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 19, de 10.04.89).

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 70/89

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do Deputado Anibal Khury, visa declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Assistencial Educacional e Cultural.

Sob aspecto legal e constitucional, não há óbice que impeça a normal tramitação deste projeto pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo esta Comissão Geral chamada a opinar manifesta-se FAVORAVELMENTE à aprovação da medida ora proposta.

É o PARECER.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 203/89, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que denomina "Rodovia Telêmaco da Silva Quadros" trecho da rodovia PR-535, nos Municípios de Grandes Rios e Cândido de Abreu. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 72, de 17.08.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 203/89

O ilustre Deputado Orlando Pessuti propõe através do Projeto de Lei n° 203/89, que o trecho da Rodovia PR-535, nos municípios de Grandes Rios e Cândido de Abreu, seja denominado "Rodovia Telêmaco da Silva Quadros".

O plano legal está devida e perfeitamente justificado. Telêmaco da Silva Quadros, um gaúcho radicado no Paraná, foi um divulgador incansável dos municípios deste Estado. Mais ainda do que empresário da comunicação, foi um trabalhador da causa municipalista.

Não existindo qualquer impedimento de natureza regimental, ou ainda legal e constitucional, apresentamos, portanto, nosso parecer favorável.

Pela aprovação!

É o parecer!

Sala das Comissões, em 24.10.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

ANTÔNIO COSTENARO NETO

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 203/89

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Orlando Pessuti, visa denominar de "Rodovia Telêmaco da Silva Quadros", o trecho da Rodovia PR-535, nos Municípios de Grandes Rios e Cândido de Abreu.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça em relação ao aspecto legal e constitucional da matéria deu parecer FAVORÁVEL.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar sobre o que lhe compete, concluiu que a presente proposição é realmente justa homenagem a pessoa do Senhor Telêmaco da Silva Quadros, já que este, embora, de naturalidade gaúcha, sempre amou este Estado das Araucárias, sendo um verdadeiro defensor das causas paranistas.

Assim sendo, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.11.89.

(aa) ACIR MEZZADRI

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 223/89, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSI, que doa data de terras a Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado.

(Publ. no D.A. n° 78, de 31.08.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 223/89

P A R E C E R:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso tem por finalidade doar data de terras a Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco.

Analisando o assunto, conclui-se que a doação do referido imóvel ao Município de Presidente Castelo Branco, e, sua posterior permuta por uma área menor e melhor situada, irá propiciar sensível diminuição de despesas para o Município.

Encontra-se o processo de acordo com os preceitos legais e constitucionais que regulam a matéria.

Portanto, o parecer desta Comissão de Constituição e Justiça é favorável à aprovação do projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.10.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

ANTÔNIO ANNIBELLI

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 223/89

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso, o plano de lei em tela tem por finalidade doar data de terras à Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco.

Ao passar pela Comissão de Constituição e Justiça, a presente proposta veio a merecer total apoio da mesma, por atender que inexistam óbices de natureza legal e constitucional.

Pela justificativa que acompanha a medida em análise, a doação ocorreu em virtude da construção de prédio para funcionamento do ginásio estadual do lugar denominado de Boa Vista. Além disso, o Município de Presidente Castelo Branco terá como principais objetivos, ampliar e melhor localizar o seu complexo educacional e diminuir sensivelmente as despesas com o transporte escolar, até a sede do Município, vindo assim a canalizar a economia obtida, para outras necessidades do Município.

Assim sendo, esta Douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar, vem a fazê-lo através de seu Relator, pronunciando-se favoravelmente pela medida, em razão dos motivos supracitados.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n° 223/89.

Sala das Comissões, em 23.11.89.

(aa) ACIR MEZZADRI

Presidente
JOSÉ FELINTO
Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 290/89, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que fixa o prazo para entrega das parcelas aos municípios, da Conta de Participação do ICMS, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA (Aprovado). (Publ. no D.A. n° 93, de 24.10.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 290/89

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, o plano de lei em tela tem por finalidade FIXAR O PRAZO PARA A ENTREGA DAS PARCELAS AOS MUNICÍPIOS, DA CONTA DE PARTICIPAÇÃO DO ICMS, conforme especifica.

Pela justificativa apresentada e que acompanha a presente proposta, o que se pretende é antecipar a entrega das parcelas pertencentes aos Municípios, via ICMS arrecadados, para que as Prefeituras Municipais que se encontram em dificuldades financeiras venham a saldar seus compromissos.

Esta Douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, vem a fazê-lo através de seu Relator, pronunciando-se FAVORAVELMENTE, por entender que inexistem óbices de natureza legal e constitucional que possam vir a prejudicar o trâmite normal desta proposta pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Assim sendo, opinamos FAVORAVELMENTE, sendo pois pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n° 290/89.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 294/89, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE APOIO RURAL MANOEL MOREIRA PENA, com sede e foro na cidade de Capane-ma-Pr, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. (Aprovado). (Publ. no D.A. n° 94, de 26.10.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 294/89

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado CAÍTO QUINTANA, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE APOIO RURAL MANOEL MOREIRA PENA".

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal e pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 300/89, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PROJETO VIZINHANÇA BENEFICENTE DOS MORADORES DO BAIRRO DE CIMA - APROVIZIN, com sede e foro nesta capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Aprovado). (Publ. no D.A. n° 96, de 31.10.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 300/89

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, o plano de lei em tela visa declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO "PROJETO VIZINHANÇA BENEFICENTE DE CIMA" - APROVIZIN, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado devida e legalmente instruído com as peças exigidas pela Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1.978, que estabelece as normas para declaração de utilidade pública, em âmbito estadual.

Neste sentido, esta Douta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar sobre os aspectos que lhe competem, conforme o artigo 48 do Regimento Interno, vem a se pronunciar favoravelmente pela presente proposta, por entender que nos aspectos legal e constitucional inexistem óbices que possam vir a prejudicar o trâmite normal da mesma, por esta Colenda Casa.

Assim sendo, somos de parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n° 300/89.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 332/89, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que concede pensão mensal a MARIA DE LOURDES SCHIAVON PEDRONI, viúva do ex-prefeito do Município de Florai. (Publ. no D.A. n° 103, de 21.11.89).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 332/89.- Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, o Projeto de Lei n° 332/89.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 290/89, de autoria do Deputado ARTAGAO MATTOS LEAO, que revoga o art. 11 da Lei Complementar n° 27, de 08/01/86, e dá nova redação ao art. 12 da referida lei, na forma que especifica. (Publ. no D.A. n° 50, de 09.05.90).

Conforme determinação da Mesa, ficou retirado da Ordem do Dia, o Projeto de Lei n° 290/90.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 314/90, de autoria dos Deputados ARTAGAO MATTOS LEAO e CÂNDIDO BASTOS, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarapuava o imóvel denominado Estância Hidromineral Santa Clara, situado na localidade de Candói, naquele município, com área que especifica. (Publ. no D.A. n° 56, de 21.05.90).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 3 (três) sessões, do Projeto de Lei n° 314/90.- Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, por 3 (três) sessões, o Projeto de Lei n° 314/90.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 57/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que determina a sustação do Processo de Ação Penal contra o Deputado JOSÉ FELINTO, conforme especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 04, de 01.03.90).

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 57/90

P A R E C E R:

De autoria da Comissão Executiva desta Casa, o presente projeto de resolução visa determinar a sustação do Processo de Ação Penal contra o Deputado JOSÉ FELINTO.

Conforme cita em seu art. 57, §§ 1° e 2°, da Constituição Estadual, os Deputados gozam de imunidade parlamentar e desde a expedição do diploma não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença da Assembléia Legislativa. E que o indeferimento do pedido de licença ou a ausência de deliberação suspende a prescrição enquanto durar o mandato.

Nestas condições, é o nosso parecer FAVORÁVEL a sustação do Processo de Ação

Penal e por conseqüente a aprovação do Projeto de Resolução nº 57/90.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

EDUARDO BAGGIO

Relator

Sobre a mesa, requerimento de nº 1519, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1512, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1487, 1488, 1489, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1500, de autoria do Senhor Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1486, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1483, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1493, de autoria do Senhor Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1494, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1495, de autoria do Senhor Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1498, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1497, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1523, 1529, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1503, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1506, 1508, 1507, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1510, de autoria do

Curitiba, quarta, em 06.06.90

Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1511, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1518, 1517, 1513, 1514, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1520, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1521, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1499, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1534, 1533, 1528, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1515, 1516, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1530, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1490, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1492, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1501, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1522, de autoria dos Senhores Deputados Rubens Bueno e Anibal Khury, constantes do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1527, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1468, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1474, de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, com apoio dos Senhores Deputados Renato Adur, Rubens Bueno, Pirajá Ferreira e demais Senhores Deputados, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À

Diretoria Legislativa.

Reitero aos Senhores Líderes, que ainda não o fizeram há necessidade da indicação dos membros da CPI, sobre educação, e outra CPI, do bingão que ainda não foram indicados, já estão constituídos por ato da Mesa da Casa.

O Deputado João Arruda indica, seu próprio nome, como membro da Comissão da Educação e do Deputado Basílio Zanusso como Suplente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 349/88 e 159/89.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 269/85; 161 e 354/89; 85, 320 e 285/90.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 70, 203, 223, 290, 294 e 300/89; 30/90. e do Projeto de Resolução n° 57/90.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 49 e 305/90. e do Projeto de Resolução n° 63/90.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 90/90.

Levanta-se a sessão.